

ANÁLISE DE UMA PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E CULTURAIS SOBRE A HISTÓRIA AFRICANA

LAIS RODRIGUES RAMOS¹, RICARDO ROBERTO PLAZA TEIXEIRA²

¹ Graduanda em Tecnologia em Processos Gerenciais, Bolsista de Extensão, IFSP, Campus Caraguatatuba, lais.ramos@ifsp.edu.br.

² Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo e docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Caraguatatuba, rteixeira@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): Tópicos Específicos de Educação – 7.08.07.00-0.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a potencialidade da utilização de atividades culturais e educacionais sobre conteúdos relacionados à História da Ciência da África. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e interdisciplinar que em um primeiro momento visa realizar um levantamento acerca de artigos, trabalhos acadêmicos, livros, dissertações e teses que possam servir como fundamentação teórica. Esta pesquisa pretende também compreender como a utilização de recursos e ferramentas das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) permite uma mais ampla disseminação e uma melhor aprendizagem acerca dos conhecimentos sobre a cultura e a história da África e de povos afrodescendentes. Este trabalho de investigação ainda se encontra em seu início e as propostas de ações ainda não foram implementadas devido à pandemia de COVID-19. As leituras realizadas neste trabalho evidenciaram a relevância de trabalhar com estes temas no âmbito de ações culturais e educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: história da ciência; divulgação científica; educação; questões étnico-raciais; África.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho que se encontra ainda em estágio embrionário, está ocorrendo no âmbito do projeto de extensão “Atividades audiovisuais científicas e culturais mediadas pela internet” que é realizado no campus de Caraguatatuba do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). A ideia desta pesquisa ocorreu nestes primeiros meses de bolsa e devido a fatores condicionantes associados à pandemia da COVID-19, até o momento, foi realizada apenas a análise de alguns dos referenciais de fundamentação teórica para as ações previstas.

O objetivo principal deste trabalho é analisar documental e bibliograficamente as possibilidades da realização de atividades culturais e educacionais de divulgação sobre a história da África e sobre como conhecimentos científicos e tecnologias de origem africana são contribuições relevantes para a humanidade.

Em 2010, de acordo com dados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil era o segundo maior país negro do mundo, com uma população de mais de 96 milhões de habitantes que se declarava negra (GOULARTE; MELO, 2013), apenas atrás da Nigéria, o país mais populoso da África que em 2010 contava com uma população de pouco mais de 158 milhões de habitantes. Esta parcela gigantesca da população brasileira guarda uma intensa relação histórica e social com seus antepassados que foram trazidos escravizados da África para o Brasil ao longo de cerca de quatro séculos e estes laços também devem ser levados em consideração em trabalhos de natureza educacional e cultural, principalmente naqueles que tenham como público-alvo crianças, adolescentes e jovens estudantes que durante a sua formação escolar necessitam também ter acesso a conteúdos sobre esta temática.

No ano de 2003, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 1996, foi alterada pela lei 10.639/2003 que passou a incluir no currículo das redes de ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (MEDEIROS; ALMEIDA, 2007). Esta conquista foi fruto de anos de lutas de movimentos sociais, em especial do Movimento Negro. No seu primeiro parágrafo, o texto da lei explicita que os conteúdos programáticos terão que abordar a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política para a História do Brasil.

Esta lei foi complementada em 2008 pela lei 11.645/2008 que passou a incluir também a obrigatoriedade de aulas sobre as histórias e as culturas dos povos indígenas. A interculturalidade no âmbito educacional está relacionada a estratégias e metodologias que promovam um diálogo genuíno entre as diferentes formações socioculturais brasileiras: a ênfase na pluralidade cultural colabora para combater a discriminação, incentiva o respeito pelas diferentes etnias, promovendo um efetivo intercâmbio entre elas, produzindo novos sentidos, ampliando conhecimentos e incentivando noções e sentimentos de responsabilidade e de solidariedade, questões que motivaram a instituição da Lei 11.645/2008 (GOULARTE; MELO, 2013). Não se trata de mais uma disciplina no currículo escolar, mas de uma orientação para que todas as disciplinas que constituem o currículo escolar básico – inclusive em disciplinas como matemática e ciências – incorporem uma discussão sobre a contribuição da população negra e indígena para a cultura brasileira (COSTA, 2009).

Estas duas leis representaram deste modo um esforço para descolonizar os currículos de uma visão restrita ao eurocentrismo de modo a procurar entender e levar em consideração a diversidade da sociedade brasileira e as diferenças de raça, classe, sexo, gênero, crenças e culturas (FERNANDES; CINEL; LOPES, 2016). Assim sendo, a criação de materiais didáticos e propostas de ações de divulgação cultural e científica pode contribuir decisivamente nos níveis de ensino Fundamental e Médio para uma educação mais crítica, antidiscriminatória, emancipatória e diversa, que leve em conta as diferentes alteridades e que ajude no combate ao racismo (ALVES-BRITO; BOOTZ; MASSONI, 2018).

2 TEORIA

É fundamental envidar um esforço para compreender por que, mesmo a escola estando inserida em um espaço social plural, os currículos de ciências têm mantido uma lógica tão somente eurocêntrica, ocidental e excludente, de modo a pensar no ensino de ciências para a diversidade (MONTEIRO; ZULIANI; ALMEIDA, 2017).

O ensino de ciências na maioria das sociedades não ocidentais é modelado pelo ocidente. Deste modo, a ciência pode ser considerada, em certo sentido, uma cultura estrangeira para nações e povos situados fora da Europa e da América do Norte, onde majoritariamente o empreendimento científico consolidado se desenvolveu ao longo dos últimos quatro séculos desde a revolução científica do século XVII. Assim, o ensino de ciências em tais sociedades com experiências históricas e vivências sociais diversas deve ter algumas características que são diferentes das do ensino de ciências em uma sociedade estritamente ocidental, europeia ou norte-americana (OGAWA, 1986).

Pensar a História e Ciência a partir de povos africanos é refletir também sobre o processo de epistemicídio e sobre o racismo institucional que estão associados à exclusão e à não consideração dos conhecimentos produzidos por povos africanos e afrodescendentes que promoveram desenvolvimento para a sociedade. Os estereótipos raciais que definem os corpos negros se relacionam profundamente com esta questão também. No caso brasileiro, os povos negros e indígenas, o que está associado a ideia de

invisibilidade (BORGES, 2018). Deste modo é fundamental levar em conta que uma sociedade cria ciência e tecnologia a partir das suas necessidades sociais. Ou seja, as respostas surgem para os problemas que estão postos em um determinado contexto histórico. A ideia atual de ciência ainda tem suas premissas dentro de uma perspectiva excessivamente eurocêntrica que por sua vez não evidencia outros tipos de conhecimentos, o que acaba por se materializar na nossa dificuldade de compreender e identificá-la como base de conhecimento.

O racismo epistêmico e estrutural (ALMEIDA, 2019) é o elemento fundamentador da invisibilidade dos conhecimentos produzidos pelos povos africanos e por afrodescendentes (CARNEIRO, 2008). Um dos primeiros pensadores a utilizar o termo epistemicídio foi Boaventura de Sousa Santos (1997): para ele que o genocídio provocado pela expansão europeia implicou também em um epistemicídio, ou seja, eliminação de formas de conhecimento “estranhas” sustentadas por práticas culturais de outros povos, considerados “estranhos” do ponto de vista dos colonizadores. Esse processo subordinou, marginalizou e tornou ilegais práticas de grupos sociais que poderiam constituir uma ameaça à expansão do capitalismo. O processo diaspórico, pelo qual passaram imensos contingentes populacionais descendentes de africanos, devido à escravidão, está relacionado a hegemonia da visão eurocêntrica nos diversos campos acadêmicos, algo que tem um grande impacto educacional. Para superar esta situação é necessário criar espaços para debates tanto na área da educação quanto no mundo acadêmico a respeito das questões associadas a este epistemicídio. Não é possível entender como se desenvolveram os conhecimentos produzidos pelos povos africanos, sem entender a maneira que eles pensavam a própria ciência. O epistemicídio também fragiliza o ser que é oprimido por ele, produzindo uma relação de dependência que se estabelece no eurocentrismo e está associada à pressuposição da inferioridade de certos seres humanos como seres não detentores das possibilidades de produtores e de desenvolvimento de conhecimento (PESSANHA, 2018).

A colonização europeia produziu uma espécie de negacionismo a respeito das consequências para o mundo atual da escravidão e da diáspora. O estudo e o ensino da História da África - o “berço da humanidade”, pois foi onde a espécie humana surgiu - é uma poderosa ferramenta que até hoje se faz necessária para um conhecimento mais fundamentado a respeito da sociedade em que vivemos. A zoomorfização - associada à tentativa de descrever o comportamento humano como de um animal e de tratar alguns homens como animais - foi usada por europeus para justificar a escravidão e para fracionar os povos que não compunham os colonizadores. Os africanos foram designados por características animais e desprovidos de qualquer significação humana ou portadora de conhecimentos, o que se transformou em um elemento motivador para a escravidão dos povos africanos. Portanto, o ensino sobre a História dos povos da África e sobre os conhecimentos produzidos por eles, pode colaborar para a deszoomorfização de africanos e afrodescendentes, ao enfatizar que nenhum lugar deve ser rotulado e discriminado como sendo periférico (NOGUEIRA, 2010).

A dificuldade para encontrar fontes para o estudo dos povos africanos e a falta de obras catalogadas sobre esta temática é um grande obstáculo para a reunião de informações consolidadas. Pesquisas estruturadas a partir de documentos escritos, na arqueologia e na tradição oral permitem compreender melhor o contexto no qual surgiram, mas ainda são muito embrionárias (KI-ZERBO, 2010). Os povos europeus que conquistaram a África, durante as guerras de colonização, se autodefiniram como tendo a autoridade de estabelecer o que é e o que não é filosofia: isto é definido como um epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir de determinadas culturas, no caso, os povos africanos conquistados. O epistemicídio eliminou totalmente

as representações e as identidades das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, produzindo um sentimento de superioridade intrínseca da filosofia ocidental com respeito às filosofias africanas. Entretanto, é cada vez mais importante investigar essa pretensa autoridade de uma parcela da humanidade - o ocidente - para definir o significado de experiência e do conhecimento de todos os seres humanos e, neste caso em particular, dos povos africanos (RAMOSE, 2011).

A ciência na perspectiva africana está relacionada às linguagens utilizadas pelos diferentes povos, às necessidades materiais existentes e a fatores genéticos, sociais e geográficos associados a diferentes tipos de comportamentos, de formas de comunicação e de culturas que surgiram. A África foi a origem das primeiras experiências tecnológicas que surgiram na história do ser humano e o desenvolvimento de cada ferramenta tecnológica carregava texturas, dos mais diferentes tipos, associadas às crenças, aos conhecimentos e à cultura de cada povo em específico (SCHICK; TOTH, 1993).

As disciplinas - relacionadas a certas formas de conhecer o mundo - se comunicaram entre si nas mais diversas possibilidades de aprendizado ao longo da História, levando a determinados elementos que foram importantes para a produção de uma forma de conhecimento genuinamente autóctone. De modo mais específico, nas sociedades subsaarianas situadas no continente africano durante a Idade Média se encontravam alguns reinos que produziram diferentes tipos de riquezas a partir da existência de matéria-prima abundante e dos conhecimentos para trabalhar com estes tipos de matéria-prima (CONRAD, 2005). A ciência medicinal produzida neste período está bastante associada aos unguentos e óleos que foram utilizados como remédios para diferentes tipos de doenças. A transposição e a divulgação de conhecimentos de origem africana - sobre a história dos povos da África e dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos por eles - em ambientes escolares pode produzir um cenário adequado para uma discussão mais aprofundada acerca da diáspora dos povos de origem africana e das suas consequências para os dias de hoje.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho de revisão bibliográfica e documental realizado envolveu a consulta e o fichamento de teses, dissertações, artigos e livros que forneceram informações valiosas e *insights* para o desenvolvimento das ações educacionais e de divulgação científica e cultural que estão sendo planejadas e cujos resultados e impactos serão investigados. Os trabalhos citados foram selecionados após o uso de ferramentas de busca de trabalhos acadêmicos como o “*google scholar*” (“google acadêmico”), bem como de livros em formato pdf, como por exemplo o livro de domínio público sobre a História da África que foi escrito por Ki-Zerbo (2010), e do “Portal Geledés”. O processo de pesquisa iniciou-se em setembro de 2020 e devido a este fato está em suas etapas iniciais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo caráter inicial desta pesquisa e devido às restrições sanitárias necessárias para o combate à disseminação da pandemia de COVID-19, até o momento foi priorizada a realização de uma revisão bibliográfica acerca da história, da cultura e da ciência produzida por povos africanos, com vistas a fundamentar da melhor forma possível as ações educacionais e culturais que pretendemos realizar. O fichamento e a resenha de diversos dos trabalhos selecionados com este objetivo - e citados anteriormente ao longo deste trabalho - mostraram o quanto é necessária a ampliação de pesquisas sobre temas como o epistemicídio da cultura africana.

Os estudos acerca da história da África e da cultura e da ciência produzidos pelos povos africanos são extremamente vastos e pela sua complexidade é necessário ampliar

pesquisas nestas áreas, pela geração de fontes que sejam mais amplas e interdisciplinares. Isto, conseqüentemente, poderá engendrar uma melhoria na qualidade de materiais educacionais e acadêmicos relacionados à história africana. A pesquisa assume um papel importante de conhecer melhor o processo de negligenciar a África como provedora de saberes. Produzir novos saberes e realizar ações educacionais e culturais a respeito destes temas é um modo de suplantarmos a lógica arquetípica ocidental, pois colaboramos para evidenciar a importância da discussão sobre a herança dos quatro séculos de escravização para o Brasil e sobre o tema da reparação histórica.

Essa pesquisa até o presente momento de revisão bibliográfica também indicou a necessidade de ampliação da visão acerca da África e de seus povos, tendo em vista a diversidade cultural existente neste continente que conta com mais de 50 nações. Uma apropriação sólida de conhecimentos associados a toda a diversidade dos povos africanos ajuda na criação de atividades de ensino e de extensão cultural que aproximam o cidadão deste universo cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teóricos estudados e avaliados neste trabalho destacaram a necessidade de trabalhar com temas relacionados à cultura e à história de povos africanos nos diferentes níveis de escolarização, sobretudo em um país como o Brasil: o número de afrodescendentes no país é superior à metade da população brasileira e este contingente populacional precisa na sua formação escolar conhecer mais a respeito de suas origens históricas. Os trabalhos analisados também apontam que é fundamental embasar de modo sólido as ações educacionais e culturais previstas acerca de temas relacionados à história, à cultura e à ciência de povos africanos e, também, de afrodescendentes. A investigação também evidenciou a importância de abordar o tema da questão da reparação histórica em ações educacionais. A pesquisa realizada indicou também que uma educação que seja mais afrocentrada pode colaborar de forma decisiva para o surgimento de uma cultura antirracista e para a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade étnico-racial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão do IFSP pela bolsa de extensão concedida a L. R. R., co-autora deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019
- ALVES-BRITO, Alan; BOOTZ, Vitor; MASSONI, Neusa Teresinha. Uma sequência didática para discutir as relações étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08) na educação científica. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 35, n. 3, p. 917-955, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2018v35n3p917/38050>>. Acesso em: 14 set. 2020.
- BORGES, Pedro. Epistemicídio, a morte começa antes do tiro. **Alma Preta**, 20/11/2018. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/epistemicidio-a-morte-comeca-antes-do-tiro>>. Acesso em 19 set. 2020.
- CARNEIRO, Sueli. Em Legítima Defesa. **Portal Geledés**, 07/10/2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/em-legitima-defesa/>> Acesso em: 19 set. 2020.
- CONRAD, David C. **Empires of Medieval West Africa: Ghana, Mali and Songhay**. New York, U.S.A.: Facts on File, 2005. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/archive->

files3/david_c._conrad_empires_of_medieval_west_africabook4me.org_.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 175-198, ago. 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000200008>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FERNANDES, E.; CINEL, N. C. L. B.; LOPES, V. N. **Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 02, p. 33-54, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>>. Acesso em: 14 set. 2020.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I - Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2010/12/volume_I.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

MEDEIROS; Angela Cordeiro; ALMEIDA, Eduardo Ribeiro de. História e cultura afro-brasileira: possibilidades e impossibilidades na aplicação da lei 10.639/2003. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Arte/artigos/cult_afro.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

MONTEIRO, Ercila Pinto; ZULIANI, Silvia Regina Quijadas Aro; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Estudos culturais para o ensino de ciências em uma perspectiva crítica e pós-colonial: o caso da etnociência. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (XI ENPEC)**, UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1778-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, nov. 2010. Disponível em: <https://africaeaficanidades.net/documentos/01112010_02.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

OGAWA, Masakata. Toward a new rationale of science education in non-Western society. **International Journal of Science Education**, v. 8, n. 2, p. 113-119, 1986. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240526480_Toward_a_new_rationale_of_science_education_in_non-Western_society>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PESSANHA, Eliseu de Amaro Melo. **Necropolítica & Epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo**. Brasília: Dissertação de Mestrado (UnB), 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34771/1/2018_EliseuAmarodeMeloPessanha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

RAMOSE, Mogobe B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. **Ensaios Filosóficos**, v. 4, p. 6-25, out. 2011. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf>. Acesso em: 19 set 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas Mãos de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHICK; Kathy D.; TOTH, Nicholas. **Making silent stones speak: Human evolution and the dawn of technology**. New York, U.S.A: Touchstone, 1993.